

CORREIO DE CAMPINAS

Rafa Zimbaldi



Iniciativa da Frente é do deputado de Campinas

Frente contra violência virtual estará em Campinas I

Campinas sedia na quinta-feira (16), às 19h, o encontro da Frente Parlamentar de Combate à Violência contra Crianças e Adolescentes em Ambiente Digital. O evento ocorre na Rua Maracajú, 269, no Jardim Aeroporto, no Ouro Verde. A iniciativa é do deputado estadual Rafa Zimbaldi e visa ampliar o debate sobre riscos virtuais, fortalecendo políticas públicas de proteção infantojuvenil. Criada em 2025, a Frente já percorreu mais de 100 municípios paulistas promovendo a articulação entre o poder público, especialistas e a sociedade civil para enfrentar ameaças que ocorrem no mundo online.

Frente contra violência virtual I

Entre os resultados alcançados pelo trabalho, encontram-se mais de 200 pessoas detidas por envolvimento em crimes virtuais; mais de 30 grupos criminosos desmobilizados no Discord; mais de 750 vítimas salvas de criminosos; 68 suicídios evitados; 37 ataques em escolas impedidos; 200 estupros evitados em São Paulo; quatro lojas de produtos neonazistas desarticuladas; e 740 alvos monitorados atualmente.

Câmara Municipal de Campinas



Pedido contra Vini foi feito por pedófilo

Arquivado pedido de comissão contra Vini

A Câmara Municipal de Campinas arquivou o pedido de instauração de Comissão Processante para apurar eventual quebra de decoro parlamentar de Vini Oliveira (Cidadania-SP). A denúncia relata que o parlamentar tem feito acusações em redes sociais contra as empresas da concessão do transporte público municipal. O pedido foi arquivado por unanimidade pelos vereadores presentes em plenário na sessão de segunda-feira (13).

Vini leva 'descascada' de pares

Nos bastidores, Vini levou uma 'descascada' dos pares. Débora Palermo (PL-SP), por exemplo, o chamou à responsabilidade. O vereador baixou a cabeça, a ouviu e ficou quietinho. Outro parlamentar brincou, lembrando que esta já foi a terceira vez que Vini recebe um pedido de comissão processante, e que ele já poderia inclusive pedir gol para o Fantástico.

PINGA-FOGO

E a postura?

A postura da Prefeitura diante das denúncias sobre o o Departamento de Proteção e Bem-Estar Animal (DPBea) revela uma omissão institucional que beira o descaso absoluto. É inaceitável que o Executivo ignore o conteúdo da ação movida pelo MP, que detalha o cenário de horror sofrido pelos bichos.

E as condições?

Os relatórios técnicos que embasam a ação judicial são contundentes e provêm de órgãos com autoridade técnica inquestionável no setor, como o Conselho Regional de Medicina Veterinária de SP, que identificaram as condições precárias que colocam em risco direto a vida dos abrigados.

E a proteção?

A presença de ratos nas instalações, por exemplo, vai contra todos os protocolos de vigilância sanitária estabelecidos para o funcionamento de canis e gatis públicos. O termo maus-tratos institucionais utilizado pelo MP descreve com precisão a realidade de uma Prefeitura que falha na missão precípua de proteger.

E a promessa?

Quando o Estado retira um animal das ruas com a promessa de cuidado e o submete a um ambiente de privação, sujeira e dor, comete uma violência sistemática amparada pela burocracia. A má gestão dos recursos destinados ao bem-estar animal em Campinas criaram um cenário onde o próprio poder público se torna o agressor.

E a fiscalização?

Não se trata de incidentes isolados, mas de uma estrutura falimentar que se recusa a aceitar a fiscalização externa como um motor para melhorias necessárias, obrigando o MP, que reiteradas vezes chamou a atenção da Prefeitura, a ingressar com a ação judicial.

E a transparência?

A solução para a crise no DPBea exige transparência total e a abertura de canais de diálogo com as entidades de proteção animal e órgãos de classe. O reconhecimento das falhas é o primeiro passo indispensável para que o cronograma de melhorias seja realizado com rigor exigido.



Anúncio foi feito pelo ministro em visita a Campinas

Ministro participa de evento em Campinas

Santoro esteve na cidade e falou da possível suspensão do Free flow

Da Redação

O ministro dos Transportes, George Santoro, afirmou em Campinas que o governo federal avalia a suspensão temporária das multas por evasão de pedágio no sistema free flow em todo o país.

A declaração ocorreu durante um evento na cidade, onde o ministro discutiu os desafios da implementação a tecnologia de livre passagem, que dispensa as praças de pedágio físicas e utiliza pórticos com câmeras para identificar as placas dos veículos.

A proposta de suspensão das penalidades visa criar um período de adaptação para os motoristas, uma vez que o modelo ainda gera dúvidas sobre as formas de pagamento e os prazos para a quitação dos débitos sem a geração de infrações de trânsito.

Santoro explicou que a transição para o free flow exige uma mudança cultural e educativa, justificando a necessidade de postergar a aplicação de multas até que os usuários estejam plenamente familiarizados com os canais digitais e os métodos de cobrança. Atualmente, o não pagamento da tarifa no prazo estabelecido é considerado infração grave pelo Código de Trânsito Brasileiro, resultando em pontos na carteira e penalidade financeira. O ministro ressaltou que o objetivo central não é a arrecadação por meio de sanções, mas a modernização da infraestrutura

rodoviária e a fluidez do tráfego.

Em Campinas e região, o sistema já opera em trechos específicos, e a preocupação com o volume de multas aplicadas tem sido objeto de debate entre concessionárias, órgãos reguladores e o Ministério dos Transportes.

A medida de suspensão, se oficializada, deve padronizar o entendimento sobre a cobrança em nível nacional, evitando discrepâncias entre diferentes rodovias e estados.

O ministro defendeu que o sistema seja mais intuitivo e que as notificações de pagamento cheguem de forma mais eficiente ao cidadão antes que o prazo de vencimento expire, reduzindo a inadimplência involuntária.

Ainda de acordo com Santoro, o governo pretende publicar diretrizes que detalhem como funcionará esse intervalo sem punições e quais serão as obrigações das concessionárias na comunicação direta com os condutores.

Enfatizou que a tecnologia free flow é irreversível por trazer benefícios como a redução do tempo de viagem e a justiça tarifária, pagando-se pelo trecho percorrido, mas admitiu que a fase de testes e implementação inicial revelou gargalos que precisam ser corrigidos sem onerar excessivamente o motorista que ainda não compreendeu o funcionamento do ecossistema digital de pagamentos das rodovias brasileiras.